

AGRICULTURA COMO FRONTEIRA ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA: NOVOS ATRIBUTOS A MULTIFUNCIONALIDADE.¹

Miguel Angelo Perondi²

RESUMO

A predominância da multifuncionalidade na agricultura se deve a fato de abrigar a fronteira entre sociedade e natureza. A busca pela re-conexão homem/sociedade poderia explicar o fenômeno da reestruturação do mundo rural, principalmente ao analisar as dimensões ambiental e cultural da agricultura. A sociedade possui a função de ressocializar a natureza, intervindo nela a partir de dentro. Mas a individualização do homem o distancia da sua própria sociedade, e, por conseguinte da natureza. Em contraposição, a busca pela produção orgânica e pela paisagem rural, auxiliam na recuperação da identidade e humanidade do homem. O alimento foi percebido como veículo da aproximação sociedade/natureza, pois ao se alimentar o homem incorpora uma angustia pela natureza, subentendido como a busca de aproximação via trajetórias de turismo rural, comércio solidário e institucionalização dos selos de qualidade, tanto de origem social como de produção orgânica. A sensibilidade da relação consumidor/produtor abre fronteira para a *commoditização* da paisagem rural, e, por conseguinte da recuperação de alguns bons sentidos da comunidade. A multifuncionalidade da agricultura reaproxima sociedade e natureza quando resgata os processos de identificação do homem como um ser comunitário.

INTRODUÇÃO

A busca pela re-conexão homem/sociedade/natureza seria uma das explicações para o fenômeno da reestruturação do mundo rural de nossos dias. Mas o que se entende por esta relação homem, sociedade e natureza? É possível focar este debate na noção de multifuncionalidade da agricultura?

A agricultura, mas também a indústria e o setor de serviços, são multifuncionais para a sociedade, entretanto, a noção de multifuncionalidade somente adquire importância e status analítico quando aplicada ao setor primário: Por que? Este trabalho procura responder a esta questão partindo da hipótese de que a agricultura está em evidência no debate da

¹ Artigo para o GT nº 6 - Agricultura, riscos e conflitos ambientais - II Encontro Anual da ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade), 26 e 29 de maio de 2004 em Campinas.

² Professor Assistente do Curso de Agronomia do CEFET-PR. Agrônomo, Mestre em Administração Rural e doutorando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço: Rua Laurindo, 239 apto 202 CEP 90.040-140 Porto Alegre – RS. Telefone: (51) 32199159. E-mail: miguel.perondi@ufrgs.br

multifuncionalidade por ser a grande fronteira entre sociedade e natureza. Nossa sociedade – principalmente a ocidental industrializada – quando em crise passa a vislumbrar refúgios econômicos e ocupacionais fora dos grandes centros, e numa busca da natureza e de si, passou a reivindicar que o agricultor ajardine suas lembranças bucólicas do rural e cultive as tradições culturais típicas da comunidade.

Portanto, com o objetivo de caracterizar a zona de fronteira entre sociedade e natureza, este trabalho procura analisar as dimensões ambientais e culturais da noção de multifuncionalidade da agricultura. Para tanto, inicia-se por fundamentar o debate de sociedade e natureza, em seguida, incorporando a temática da reestruturação rural, e por fim, a caracterização da agricultura como principal fronteira entre sociedade e natureza.

1. NATUREZA EM CONSTRUÇÃO

1.1 Comunidade e Sociedade: um processo de individualização.

“(...) o nascimento do individualismo, com a individualização dos atos, dos interesses e das relações humanas, deu vigoroso impulso à oposição entre sociedade e natureza”.
(MOSCOVICI, 1975: 9).

A referência do mundo natural pelo homem é de franca desvalorização, pois descende da filosofia socrática a diferenciação entre os seres lógicos (que pensam) e os místicos (que não pensam), tal distância justifica o sentido de expropriação e domínio. Thomas (1988), lembra que a escravidão das colônias, com seus mercados, marcas feitas a ferro em brasa e o trabalho de sol a sol, constituía uma das formas de tratar os homens como bestiais. A desumanização era um pré-requisito necessário dos maus tratos. O ideal do predomínio humano repercute no modo de tratar o mundo natural e no relacionamento entre si.

Na Renascença, a cidade se tornou sinônimo de civilidade, o campo de rudeza e rusticidade. Tirar os homens das florestas e encerra-los na cidade era o mesmo que civiliza-los. Entretanto a fraca infraestrutura para uma lotação cada vez maior deteriorou o ambiente urbano. Segundo Thomas (1988), na Inglaterra de 1851, já era urbana a maioria da população, o que resultou numa adiantada mistificação escapista de culto ao campo, culminando com a estética do romantismo em contracultura ao surgimento do capitalismo.

Procurando compreender o idealismo do campo, Williams (1990), analisou o comportamento contemplativo dos autores sobre o campo ao adotar a perspectiva de um passado ideal em relação à natureza, entretanto, quando procurou os autores daquele mesmo

passado, percebeu que estes também se reportavam a um outro passado como sendo o ideal, mantendo uma eterna busca do elo perdido do bem-estar com o meio e consigo mesmo.

Para Williams (1990), a passagem da cidade para o campo é contínua, e não uma ruptura como se parece. Assim, o indivíduo (homem) é central para entender estes contínuos. O que as companhias de petróleo e de mineração fazem é o mesmo que faziam os fazendeiros, somente que no campo existe um empreendimento em cooperação com a natureza, e na cidade e indústria ocorrem empreendimentos que se sobrepõem à natureza e a transformam.

Mas quando nos sentimos inseguros num mundo de pessoas aparentemente estranhas, podemos buscar segurança recuando para uma subjetividade profunda, ou procurar no mundo que nos cerca imagens, signos e mensagens sociais, com as quais possamos nos identificar enquanto indivíduos, mas de modo a descobrir, de alguma forma, um senso comunitário (WILLIAMS, 1990:395). Mas afinal, que senso comunitário é este?

Segundo Nisbert (1996:714), um dos usos da palavra “sociedade” é para contrastar depreciativamente com “comunidade”. Para o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies³ (1855-1936), comunidade é definida pelo ato de viver junto, de modo íntimo, privado e exclusivo. Ela representa relações estreitas e coesas, enraizadas na família, no lugar e na tradição. Sociedade, por outro lado, é definida como “vida pública”, como algo em que se ingressa cõncia e deliberadamente. E subentende relações de caráter predominantemente econômico e contratual, indeterminadas, impessoais, geralmente urbanas, dotadas de mobilidade, mas também individualistas.

Segundo Tönnies citado por Oliveira (2001:52) a comunidade se caracteriza como uma rede densa de relações pessoais baseadas no parentesco e no contato social direto. As normas em grande parte seriam morais e os indivíduos permaneciam ligados numa teia de interdependência fechada, que envolvia todos os aspectos da vida: a família, o trabalho, as atividades de lazer. Assim, a comunidade seriam um agrupamento humano com um grau elevado de intimidade e coesão entre seus membros e onde predominam os contatos sociais primários, com influência fundamental da família. Já a sociedade, seria estruturada por leis escritas, e as relações sociais seriam mais formais e impessoais; com indivíduos que independem uns dos outros para o seu sustento e menos obrigados moralmente entre si.

³ É importante salientar que o uso deste autor não significa adotar seu conceito dicotômico de rural e urbano, busca-se aqui a essência do debate sobre comunidade. R. Riedfield (1950-1970) consolidou, mais tarde, uma teoria de continuidade rural-urbana desde um “rural profundo” até um “urbano-urbanizado”.

1.2 Continuum entre sociedade e natureza.

“Aquilo que hoje morre não é a noção de homem, mas sim uma noção insular do homem, retirado da natureza e da sua própria natureza; aquilo que deve morrer é a auto-idolatria do homem, admirando-se na imagem pomposa de sua própria racionalidade”. (MORIN, 1973:199).

A exploração abusiva dos recursos em decorrência da necessidade de produtividade combinada com superpopulação leva ao seu esgotamento sem que possamos reconstituí-los. Tendo alcançado o apogeu daquilo que acreditava ser o progresso, o homem se percebe no limiar da penúria, tendo dificuldade até para satisfazer as funções fisiológicas elementares de respirar, comer e beber.

Em resposta o homem quer frear-se em concepção e fracionar a natureza sob a forma de parques disseminados em um ambiente mecanizado, tê-la acondicionada submetida à observação e ao controle de instrumentos de medida e de comparação. Mas segundo Moscovici (1975: 336), a conservação e a contracepção não constituem uma resposta verdadeira para esses problemas, como tampouco a filantropia resolve o problema da fome. Se quiséssemos dar uma sugestão concreta à explosão demográfica deveríamos lembrar que a diminuição do número de nascimentos é muitas vezes um resultado, e não uma causa do conforto material. E no caso dos parques, também é importante lembrar que mesmo este ambiente protegido não reproduz o natural, pois é uma criação nossa, uma obra nossa.

Interessante observar que na pesquisa de Audibert (2003:39), este mesmo problema se apresenta com a implantação de áreas protegidas no Rio Grande do Sul, quando observa que no fundo não existe uma diferença entre a opinião do senso comum e dos peritos sobre a ancoragem moral da perspectiva conservacionista. Ambos relacionam a “preservação da natureza” com o estabelecimento e delimitação de “áreas protegidas”, o que tem um poderoso papel de representação da natureza como um estado externo ao da “cultura humana”, ou um território “não-humano”, distinto do ocupado efetivamente. E um forte traço desta contradição é o consenso sobre a externalização da presença humana nas áreas de conservação: a criação de áreas não humanas como único sentido de preservação da natureza.

A principal consequência desta representação é o fechamento das possibilidades de construção de alternativas conservacionistas no interior do espaço de ocupação humana. A negação sistemática do humano frente ao não-humano, ou seja, de que a presença humana sempre é destrutiva, e que não lhe cabe um espaço de ator cultural e transformador na representação ambiental é o principal elemento destruidor da relação homem/natureza.

Entretanto deste debate entre sociedade e natureza é importante lembrar que a sociedade é um fenômeno normal entre os seres vivos. Para Moscovici a sociedade preexiste aos seres, ela é a instância que inibe aquilo que ela estimula, modera e excita as tendências agressivas, epistêmicas, sexuais, aumenta e diminui a frequência de sua satisfação conforme as suas subdivisões, imagina as proibições e prepara os caminhos para a sua transgressão.

Paradoxalmente a qualquer debate sobre a relação homem/natureza que se queira caracterizar como antropocêntrica ou econcêntrica (LARRÈRE & LARRÈRE, 1997), é importante lembrar que antes de tudo ela é sociocêntrica. É possível conceber uma relação mútua entre sociedade e natureza: a sociedade reage às mudanças da natureza, da qual ela é um dos pólos, assim como a natureza, englobando-a, responde ao que acontece nas sociedades escalonadas nos ramos do mundo vivo.

Em vez de um vínculo unilateral, Moscovici (1975: 363) percebe um vínculo recíproco, em vez de hermetismo uma comunicação, em vez de um encaixe mecânico uma regulação orgânica. A função universal das sociedades, enquanto forças objetivas é ressocializar a natureza, aprender novamente a habitá-la, em vez de abandoná-la. Se pudermos intervir nela, não é de fora, mas a partir de dentro, pois nela vivemos.

“Assim, natureza e sociedade não se excluem mutuamente. A primeira nos abrange, como resultado de nossa intervenção. A segunda existe em toda à parte: não surgiu com o homem, e nada leva a supor que irá morrer conosco” (MOSCOVICI, 1975:27).

Para este autor a grande questão é que o homem nunca saiu da natureza. A forma do corpo, do crânio e dos membros, as propriedades especificamente humanas, a postura ereta, o volume do cérebro, a linguagem, são consequências da atividade predatória do homem, sua aptidão para empregar os truques e as ferramentas necessárias para ser bem sucedido. As modificações genéricas e sociais, que lhe são próprias, não precedem este estado de coisas: vieram depois dele. Tanto em geral como em particular, o homem é um produto de si próprio.

Poderia a reidentificação do homem estar contida nos movimentos de realocização contemporâneos? Qual o debate atual sobre o mundo rural que poderia contribuir com o debate homem, sociedade e natureza?

2. A REESTRUTURAÇÃO DO MUNDO RURAL

“Existe quase uma proporção inversa, no século 20, entre a relativa importância da economia rural e a cultural importância das idéias rurais” (WILLIAMS, 1973:296 citado por MARSDEN et al, 1993).

Segundo Marsden et al. (1993) o espaço rural, do ponto de vista da produção, tem se tornado atrativo, não pelo processo de trabalho fordista, mas pelos novos e melhores espaços de trabalho e de vida, melhorados ainda mais com as novas facilidades das telecomunicações e transporte. As áreas rurais têm sido repositórias de pequenas empresas empreendedoras, revalorizando as localidades rurais. Em termos de consumo, os espaços rurais provêm novas oportunidades de espaços de repouso, lazer e de relação como o meio ambiente.

Segundo o mesmo autor o termo “reestruturação produtiva” é o que melhor caracteriza tal processo global de transformação do capitalismo, e que são consequências da(s): (1) superprodução agrícola; (2) negativas consequências ambientais do produtivismo; (3) crescimento desigual da riqueza gerada pelo avanço tecnológico entre os agricultores e entre regiões, e (4) mudanças no trabalho da família rural com a emergência da pluriatividade e das atividades não-agrícolas.

Os processos de mudanças rurais não devem ser vistos como determinados unicamente pelas forças presentes na globalização do sistema alimentar, e seu estudo deve incluir os processos de reestruturação rural que envolvem as dinâmicas sociais e econômicas regionais. Enquanto os processos globais seriam vistos como eminentemente verticais e setoriais, os processos de reestruturação rural estariam inseridos nas dinâmicas econômicas agrícolas e não-agrícolas dos territórios locais e regionais (MARSDEN et al. 1993).

Gómez (2001:9) lembra que a ruralidade tradicional se expressava na existência de um “setor” rural, um resíduo do urbano e moderno, e a revalorização do rural é entendida não como uma volta ao rural, mas como uma mudança de visão sobre o rural.

Saraceno (1994) percebe que a globalização alterou a habilidade das áreas rurais em participar do comércio de mercadorias e serviços. E as recentes tendências de reversão da migração e da difusão espacial da economia são cruciais para entender tais mudanças rurais. A inversão do fluxo migratório rural/urbano iniciou a partir dos anos setenta, e uma categoria espacial (rural) deixa de coincidir com o um setor de atividade (agrícola), passando a localizar novas oportunidades de emprego em indústrias e serviços. E a segunda tendência prova que o emprego em indústria e serviços nas áreas periurbanas têm crescido nas áreas rurais, declinando justamente os empregos especificamente agrícolas.

A autora destaca quatro razões para o crescimento da competitividade das economias locais, incluindo as áreas rurais: (1) as áreas rurais não são espaços isolados da economia global; (2) há uma grande segmentação da demanda no mercado mundial; e (3) o processo de produção elaborada exige uma organização mais flexível, versátil e qualificada da força de trabalho. E, por fim, (4) o ambiente urbano é prejudicial ao sucesso dos estágios iniciais de uma indústria por possuir um maior custo de vida, e do espaço, e ainda, com sérios problemas de restrição ambiental por conta da poluição.

Reis (1988), considera que existem fatores endógenos que permitem reconhecer uma certa capacidade de regulação local e regional para a instalação de um Sistema Produtivo Local: (1) o tecido territorial, como um espaço material de inter-relações entre agentes; e (2) as relações de produção de âmbito micro-social que estabelecem estratégias relativamente autônomas de índole familiar que, por sua vez, se tornam mais relevantes quando as famílias para além de unidades de consumo são também unidades de produção. Com isto ao lado da funcionalidade, há uma lógica de autonomia presente nos fenômenos econômicos locais.

Lowe, Murdoch & Ward (1995), ao analisar os alcances e limites das concepções exógena e endógena do desenvolvimento rural, propõem utilizar a noção de redes. E enfatizam que mais importante do que pertencer a um dado território está à necessidade de relacionar a dimensão espacial e social entre os agentes locais e entre estes e os não locais.

Mior (2003) utiliza a noção de rede referida pelos autores anteriores e constata que a “Teoria do Ator Rede” foi introduzida para flexibilizar as análises das cadeias de *commodities*, muito ancoradas até então, na posição da economia política da globalização. E se num recorte setorial a cadeia de *commodities* pode ser explicada pelas redes verticais, as redes horizontais passam a ser adotadas para estudar um recorte territorial, a partir da noção de redes sociais de inovação e de aprendizagem.

A hipótese que norteia essas análises é de que as regiões que têm uma história de sucesso são as que conseguem incorporar de forma inovativa elementos naturais e sociais nas novas estratégias de desenvolvimento econômico. E o exemplo citado é o da Terceira Itália, onde as redes não são apenas amálgamas de arranjos institucionais pré-existentes, mas, sim, aqueles que habilitam novas formas de orquestrar o desenvolvimento econômico.

2.1 A multifuncionalidade da agricultura

“A noção de multifuncionalidade da agricultura supõe articular um projeto de sociedade às diversas dimensões da atividade agrícola” (Laurent, 2000 citado por Carneiro, 2002: 233).

Em recente palestra⁴, Bernard Roux (INRA) sintetiza que quando a água da Bretanha passou a ser toda contaminada, quando os campos estavam sendo transformados em desertos, e quando a comida passou a correr o risco da “síndrome da vaca louca”, a sociedade passou a se dar conta que sua agricultura produtivista havia deixado de cumprir suas outras funções “não diretamente produtivas” - mas de fundamental importância - como o de zelar pela qualidade da água, proteger a biodiversidade e cuidar da paisagem.

Por isso, é possível dizer que a noção da multifuncionalidade da agricultura surge no contexto de busca de soluções para as “disfunções” do modelo produtivista e inova ao induzir uma visão integradora das esferas sociais na análise do papel da agricultura e da participação das famílias rurais no desenvolvimento local (CARNEIRO, 2002: 233).

Segundo Schneider (2003) quando foram focadas as estratégias não-agrícolas de reprodução da família no debate da reestruturação da agricultura surgiu a noção de pluriatividade, o que nos leva a acreditar que do debate sobre a multifuncionalidade seja também decorrente do debate da reestruturação quando passou a englobar o manejo de bens públicos (meio ambiente) e dos reflexos sociais da agricultura (cultura e segurança alimentar).

Carneiro (1996: 102) afirma que a pluriatividade só pode ser entendida num contexto de política de modernização da agricultura e da sociedade fordista, assim quando uma categoria profissional de agricultor que vivia exclusivamente da agricultura entra em crise e passa a se ajustar via estratégias não-agrícolas é que podemos denomina-lo como “pluriativo”. Portanto, a pluriatividade é produto da falência da política da especialização produtiva (agrícola). E com a emergência da noção de multifuncionalidade, Carneiro (2002: 234) utiliza o mesmo raciocínio para perceber que se trata do resgate da importância do conjunto de contribuições da agricultura para a dinâmica econômico-social dos territórios.

Assim tanto a noção de pluriatividade como de multifuncionalidade recuperam características que eram próprias da agricultura camponesa, entretanto, num novo contexto de mercantilização – o que é diferente - a agricultura passa a ser um modo de vida - mais do que meio - integrado à sociedade, mas ainda ancorado num território.

⁴ Palestra proferida na Mesa IV do *Seminário Franco-Brasileiro de Pesquisa sobre Multifuncionalidade da Agricultura*, de 24 a 26 de Novembro de 2003 em Florianópolis – SC.

Não surpreende a constatação de Ploeg & Saccomandi (1995) considerar que a recampanização é o retorno das condições multifuncionais que existiam na época que a agricultura familiar era camponesa. E de Carneiro (2002:234) encontrar a expressão *paysan modern* (camponês moderno) em documentos da *Chambre d'Agriculture de l'Isère*, para definir a nova imagem de agricultor que não é a mesma de “moderno” de 10 anos atrás.

Assim, a preocupação dos cidadãos sobre o novo papel que delegam aos seus agricultores está contida na seguinte noção de multifuncionalidade:

“A agricultura familiar passa a ser percebida também como responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros) e do patrimônio natural (paisagens), pela qualidade dos alimentos e pela manutenção da ocupação social de um território” (BLANCHEMANCHE et al., 2000)

E a seguir, o trabalho segue aprofundando somente a dimensão ambiental e cultural da agricultura, que particularmente contribuem para este debate entre sociedade e natureza.

2.2 A dimensão ambiental da nova ruralidade

Segundo Guzmán (1997:21), o conceito de desenvolvimento sustentável consiste essencialmente em potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo “a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades”.

O desenvolvimento sustentável está dada ao longo da história da humanidade, assim o crescimento e decadência das diferentes civilizações possuem muita correlação com a maneira de apropriação do espaço e dos recursos naturais. As sociedades humanas, nas suas diferentes formas de organização ao longo do tempo, trouxeram consigo maneiras específicas de se relacionar com a natureza, nem todas ecologicamente eficientes. Da mesma forma, cada sistema de produção estabelece determinadas relações de apropriação e manejo dos recursos, reproduzíveis ou não, e que determinam a sua velocidade de consumo (MOLINA & GUZMÁN, 1993 citados por FERRAZ & SILVEIRA, 2003).

A sociedade contemporânea ocidental substituiu os modelos de produção vinculados às culturas locais, a partir dos anos 80 incorporando a “Revolução Verde”, que por intermédio de um modelo industrial-produtivista de apropriação da natureza, acelerou a degradação ambiental e social do espaço rural a ponto de se tornar insustentável. Sendo que já existem provas suficientes de que a perda de solo e poluição são fatores-chave na estagnação da produtividade das colheitas (ALTIERI, 1998).

A Revolução Verde trouxe inicialmente aumento da produção e produtividade, notadamente nos produtos de exportação. O incremento no uso de insumos, mecanização e expansão dos monocultivos levaram a intensificação da produção em áreas não aptas, ou acima de sua capacidade de suporte, provocando erosão e contaminação dos solos e água com agroquímicos, tornando-os cada vez mais dependentes do aporte de energia externa. Ao longo do tempo se reduziu a capacidade produtiva, devendo-se isso, em grande parte, à falta de uma visão mais abrangente entre a produtividade e a estabilidade dos ecossistemas tropicais.

A inadequação do modelo difundido pela Revolução Verde, bem como a aceitação internacional e a difusão do conceito de sustentabilidade, tem levado pesquisadores a uma crescente busca de modelos alternativos e sustentáveis para a agricultura. Mesmo porque, o modelo de produção de *commodities* imposto pelo agronegócio, não tem possibilitado ao agricultor manter-se no sistema e garantir a reprodução social da família.

Entretanto, para ser sustentável a agricultura deveria manter a produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à reprodução social do agricultor. A sociedade teria, por sua vez, acesso aos alimentos saudáveis, produzidos com base em sistemas diversificados que restauram as condições ecológicas da produção, portanto, a mesma população que consome recebe a função de proteção dos recursos naturais e preservação da biodiversidade.

Esta síntese lembra muito o conceito citado anteriormente sobre “multifuncionalidade” (BLANCHEMANCHE et al., 2000) e diante desses fatos, a perspectiva teórica desta noção aliada ao conceito da agroecologia, pode alicerçar uma nova forma de produção que seja sustentável para os agricultores e necessariamente desejável pela sociedade. E supondo ser o seu principal desejo obter alimentos saudáveis, seria possível transformar esta demanda social numa força motriz aproximativa entre sociedade e natureza?

2.3 A dimensão cultural do alimento

Em recente palestra⁵, Renato S. Maluf (CPDA) argumentou que os alimentos são o principal elo dos homens e o ambiente, sendo uma questão de soberania da cultura. A identidade do povo brasileiro se expressa pelos alimentos, também pelas festas e vestimentas em sua origem camponesa, mas o alimento é central.

⁵ Palestra no I Congresso Brasileiro de Agroecologia; GT: Desenvolvimento Rural; Título: A multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil; Data: 19/11/2003; Local: PUC/Porto Alegre - RS.

Claude Fishler, um antropólogo da alimentação, citado por Requier-Desjardins (2002), argumenta que o alimento é o único produto de consumo que o incorporamos, provocando uma relação física, e sendo onívoros, estaremos sempre angustiados em racionalizar uma maior diversidade de alimento em relação ao orçamento, cultura e sociedade.

A qualidade perturba de forma emocional a relação entre consumidor e produtor, sendo a qualidade definida num conjunto de características expressas em três tipos de atributos: (1) *de busca*, quando o consumidor elege um produto que busca pela aparência; (2) *de experiência*, quando o consumidor conhece o gosto, e tende a repetir a compra; e (3) *de crença*, quando o consumidor acredita nos atributos garantidos pelo vendedor.

O sistema agroalimentar usa os recursos naturais e o próprio território para produzir comida, e os consumidores acabam por incorporar ativos específicos de propriedade pública que estão vinculados a este processo. A produção e o consumo de alimentos resultam numa proximidade do consumidor em relação ao produto, isso determina cada vez mais que a função biológica tenha um caráter simbólico, e reforça - em relação a outros setores - o caráter local do mercado e das técnicas.

A sensível relação consumidor/produtor abre flanco para as mais variadas percepções, assim o produtor de vinho também produz paisagens. A valorização desta proximidade tem um grande papel na avaliação da qualidade do produto pelo consumidor. A cognição do consumidor lhe permite apreender a característica do produto que compra. E imaginar o ambiente de origem do produto, e neste jogo de identidade cultural, o consumidor - baseado em sua experiência - avalia as condições de produção do produto e julga a sua qualidade.

Este ponto é especialmente importante para gerar o interesse por certificações de garantias de origem, ou no desenvolvimento do produto. Esta relação específica foi posta em evidência em países desenvolvidos, notavelmente nas reflexões sobre produtos típicos e a construção social da qualidade do produto alimentar (ALLAIRE e SYLVANDER, 1997 citado por REQUIER-DESJARDINS, 2002). O jogo das relações que se desenvolvem no encontro de produtores e consumidores, ocorre ao redor da construção social da qualidade como um recurso territorial específico, a partir do momento em que eles - por convenções de qualidade - são encadeados para a origem territorial do produto.

A economia agroalimentar foi conduzida a se interessar pela dimensão espacial, estabelecendo vínculos entre território e desenvolvimento local. Desta maneira se estabelece um cruzamento entre território e cadeia, entre economia agroalimentar e economia rural. Estes

vínculos fazem referência particular as relações produto-território e se estabelecem por signos de qualidade ligados à origem, às especificidades dos produtos e a seu conteúdo patrimonial.

Torre (2000), citada por Boucher & Requier (2002), demonstra como a articulação e a dialética entre proximidade organizacional/geográfica permite explicar melhor os fenômenos dos arranjos produtivos locais e a estruturação em torno da qualidade. Destaca o problema da coordenação dos atores nos processos e demonstra a sua importância, que sobrepassa a informação conduzida pelos preços, para incluir a organização coletiva baseada em redes de qualidade, através de relações de confiança e de cooperação.

A construção de um recurso territorializado por uma ação coletiva local e as modalidades de coordenação, permite apreciar melhor a trajetória do estado passivo ao estado ativo de um Sistema Agroalimentar Local (SIAL). Com efeito, a construção coletiva de um recurso territorializado valoriza a qualidade daqueles produtos que conseguem manter uma maior ligação com sua origem, e permite a construir um recurso territorializado em relação à qualidade, como a marca coletiva, selo, denominação de origem controlada.

3. AGRICULTURA COMO ZONA DE FRONTEIRA ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA

Para Williams (1990) a passagem da cidade para o campo é contínua e sem rupturas. Saraceno (1994) comprova esta afirmativa quando percebe que o dinamismo local ocorre não por ser um espaço isolado, mas interconectado. Assim, as recentes tendências de reversão da migração e da difusão espacial das atividades econômicas colaboram para comprovar que o processo de globalização alterou substantivamente a habilidade de diferentes áreas - incluindo a rural - de participar da produção e comércio de mercadorias e serviços.

Para Marsden (1993) os processos de reestruturação rural que envolvem as dinâmicas sociais e econômicas regionais estão inseridos nas dinâmicas econômicas agrícolas e não-agrícolas dos territórios locais e regionais. Mas Lowe et al (1995) concluem que mais importante do que pertencer ou não a um dado território existe a necessidade de relacionar a dimensão espacial e social entre os agentes locais e entre estes e os não locais, e por isto, para captar o desenvolvimento rural propõem a noção de rede.

Para Williams (1990) quando o homem se sente inseguro frente uma sociedade impessoal, busca por segurança nos signos que reconhecem a sua identidade no senso comunitário. E para Tönnies citado por Nisbert (1996), a comunidade representa as relações estreitas e enraizadas na família, no lugar e na tradição, que contrasta com a sociedade (*Stricto*

sensu) subentendida numa relação de caráter mais econômico e contratual. Portanto em Moscovici (1975) se percebe que a individualização dos atos, dos interesses e das relações humanas, dá maior impulso à oposição entre sociedade e natureza, isto porque a comunidade - ao contrário da sociedade - envolve uma vivência mais próxima dos recursos naturais, com indivíduos mais dispersos e por isso solidários, com uma organização menos complexa, menos móvel, e com relações mais diretas, íntimas e solidárias.

Um maior individualismo significa menos comunidade, e, portanto menos relação com o ambiente, pois paradoxalmente, segundo Moscovici (1975), a relação homem/natureza é uma relação sociocêntrica, em que a natureza possui um vínculo recíproco com a sociedade (*Lato sensu*), sendo a função universal das sociedades a de ressocializar a natureza para aprender habitá-la. Se pudermos intervir nela, não será de fora, mas a partir de dentro, pois nela vivemos. Natureza e sociedade não se excluem mutuamente. Assim o abandono da visibilidade comunitária pela solitária sociedade moderna também poderia tornar o homem menos compromissado com a natureza? Qual a responsabilidade com a sustentabilidade daqueles que se relacionam com os recursos, e entre si, de forma mecânica e virtual?

Esta mesma pergunta pode ser feita a partir da pesquisa de Eduardo Audibert, quando percebe na demarcação das “áreas protegidas” um poderoso papel de representação da natureza como um estado externo à “cultura humana”, um território “não-humano”. A simples ampliação da área de preservação englobando comunidades rurais - por exemplo - em torno de um Parque seria uma forma revolucionária de internalizar o homem de forma orgânica às áreas protegidas. Muito mais positivo que excluí-lo, pois ao negar o humano estabelecendo territórios que não lhe são tangíveis retira a possibilidade de ser um ator cultural e transformador na relação com o meio ambiente.

Imaginemos pois que queiramos oportunizar para uma criança a experiência de proximidade com a natureza, e tenhamos três opções: uma fazenda de grãos, uma propriedade colonial, e uma floresta “intocada”. Destes extremos sabemos que a primeira é “moderna” e altamente especializada, que nela se dispensa à presença de animais e de residentes, que assim otimiza o seu sistema de produção monocultivado e motomecanizado, sem contar com os perigos presentes nos artefatos de controle químico e mecânico.

A segunda opção, seria um sistema diversificado em policultura e criação, que além do galinheiro, pocilga, estábulo e residência, é bem possível que nos surpreenda com a descoberta de um soturno porão de chão batido, com um profundo aroma de madeira embebida em vinho, salame e queijo *parmeseño*. Que a casa – ainda em estilo colonial - não

tenha muita estrutura, e por isso o fogão e o forno sejam à lenha, o colchão de palha, o travesseiro recheado com penas de ganso e a noite iluminada por um simples lampião. Mas que também, entre os residentes, também hajam crianças que ainda brincam de roda no alcance das vistas da varanda em meio a grilos e vaga-lumes, e por fim, aquele suor frio da sensação encontrada nas histórias de assombração que contam os mais velhos.

Bem, a terceira opção, que seria a de maior radicalidade natural, poderá ser a mais difícil de encontrar, pois são poucos os parques que nos permitem entrar, e menos ainda as oportunidades de convívio com lugares que retratem as histórias infantis de hoje, como a do *Rei Leão* e do *Irmão Urso*. Infelizmente, um fragmento desta floresta selvagem e “intocada”, está ao nosso alcance somente no zoológico, e neste caso, teríamos de precaver as crianças que somente viriam os bandidos de suas histórias (o lobo mau e o leão malvado), pois como justificar que estejam todos presos em jaulas? Bem, neste caso talvez seja melhor assumir a própria ficção de *Wall Disney* e conduzi-los a um parque temático de natureza virtual!

Estas fantasiosas alternativas retratam com mais fidelidade a mensagem deste texto, ou seja a necessidade de dar intimidade ao homem, de lhe conferir uma liberdade de ator, que ao que parece, seria o mesmo esforço de realocar a identidade do homem num território.

Evidente que não se quer retornar às vidas enclausuradas, oprimidas e penosas das antigas comunidades camponesas, mas sim resgatar alguns de seus bons sentidos, que Souza Santos (2001a) identifica como virtudes, exemplificadas nas dimensões da participação e solidariedade. Dimensões estas que auxiliam a reconstituir o pilar da “Comunidade” recompor a “Emancipação” do homem. Mas se podemos reconstruir nossa sociedade com base em seu passado de comunidade, poderíamos reconciliar a natureza à sociedade tão firmemente separada pela nossa civilização?

Segundo Souza Santos (2001b: 139) a nossa responsabilidade sobre a natureza nasce de nossa consciência sobre o outro (homem), uma subjetividade perdida junto com o princípio da comunidade. O outro não corresponde a nenhuma das hegemônias da modernidade em construção: seja do Estado ou do Indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem produz o meio que o cerca e é ao mesmo tempo seu produto. A sociedade, que é anterior ao homem, possui um vínculo recíproco com a natureza. A função da sociedade é ressocializar a natureza, sendo somente possível intervir nela a partir de dentro, pois nela se vive. Entretanto a individualização do homem na sociedade moderna distancia o próprio

homem de sua sociedade, e, por conseguinte o descompromissa com a natureza. Se é a sociedade quem constrói o homem e a natureza, ao marginalizar o homem estamos marginalizando também a natureza.

Das multifunções da agricultura que territorializam a fronteira entre sociedade e natureza podemos observar que a mais provável aproximação entre sociedade e natureza ocorra nas comunidades rurais do que nas Unidades de Conservação, pelo simples fato desta última ser intangível ao homem em sua maioria. Percebe-se assim que do mesmo modo que o pensamento sociológico dificilmente incorpora elementos “não-humanos” à compreensão da realidade, no pensamento biológico conservacionista, é muito difícil o contrário, isto é, incorporar o “humano” ao mundo natural.

A valorização da produção orgânica e das paisagens rurais diversificadas recuperam a identidade e a humanidade do homem. Primeiro quando o interesse próprio pela qualidade do alimento não é diluído pela existência de uma demanda em massa e a inseqüente oferta de *commodities*. Segundo, porque o modo de vida comunitário das comunidades rurais humaniza o pertencimento integrado ao “meio de vida” social e econômico do indivíduo na sociedade.

O alimento é o mais amplo e generalizado veículo da experiência aproximativa de sociedade e natureza, pois ao alimentar o homem incorporamos uma angustia por natureza. Assim o conceito de qualidade perturba de forma emocional a relação consumidor e produtor, sugerindo relações de aproximação via comércio solidário, turismo rural, e selos de qualidade e origem. A sensibilidade da relação consumidor e produtor abre fronteira para a *commoditização* da paisagem rural.

Assim, de forma diversa, a multifuncionalidade da agricultura parece se contrapor ao processo de individualização do homem, o que significa reaproximar a sociedade da natureza.

BIBLIOGRAFIA

AUDIBERT, Eduardo Antonio. **A Construção da Problemática Ambiental no Contexto da Implantação de Áreas Protegidas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese de doutorado em Sociologia pelo PPGS/IFCH. (Versão preliminar).

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia : a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 1998. (Síntese Universitária nº 54).

BLANCHEMANCHE, Sandrine. LAURENT, Catherine. MOURIAUX, Marie-Françoise, PESKINE, Elsa. Multifuncionalité de l'agriculture et statuts d'activité. In : **Économie Rurale**. Paris : SFER, 2000, nº 260: 41-51.

BOUCHER, François; REQUIER-DESJARDINS, Denis. La concentration des fromageries rurales de Cajamarca: enjeux et difficultés d'une stratégie collective d'activation liée à la

qualité. Lima: Projet SYAL (accord CIRAD-CIAT-IICA) Ap. 14-0185, Lima 14, Peru. **Anais de la conferência SYAL** de outubro 2002.

BOYER, Robert. & SAILLARD, Yves. **Théorie de la régulation, l'état des savoirs**. 2^a édition. Paris: La Découverte, 2002 (Recherches).

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.11, n.32, p.89-105, out. 1996.

_____. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade : uma abordagem comparativa. Rio de Janeiro : CPDA/UFRRJ. **Textos para Discussão**, 2002.

_____. & MALUF, Renato S. (organizadores) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro : MAUAD. 2003.

FERRAZ, José Maria Gusman; SILVEIRA, Miguel Angelo da. Multifuncionalidade da agricultura e agroecologia: gestão integrativa socioambiental da produção familiar. In: I Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2003, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, de 18 a 21 de Novembro de 2003.

GÓMEZ, S. Nueva ruralidad ? Un aporte al debate. In : **Estudios Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, nº 17, p 5-32, outubro de 2001.

GUZMÁN, Eduardo Servilla. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione. & NAVARRO, Zander. (organizadores). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997

LARRÈRE, C e LARRÈRE, R. **Do bom uso da natureza : para uma filosofiado meio ambiente**. Lisboa: Instituto PIAGET: 1997.

LOWE, Philip.; MURDOCH, Jonathan. & WARD, Neil Networks in Rural Development: Beyond Exogenous and Endogenous Models. In: VAN DER PLOEG, Jean Douwe and DIJK, Gerrit Van. **Beyond Modernization: The impact of endogenous rural development**. Assen (The Netherlands): Royal Van Gorcum, 1995.

MALUF, Renado S. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MOREIRA, Roberto José. & COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. (organizadores). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002

MARSDEN, Terry. Reestructuting rurality: fron order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v.29, n.3/4, p.312-317, 1989.

_____.; MURDOCH, Jonathan.; LOWE, Philip.; MUNTUN, Richard.; FLYNN, Andrew. **Constructing the countryside**. Oxford: Westview Press, 1993.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. Florianópolis: UFSC. 2003. (Tese de doutorado em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente).

MORIN, Edgar. **O enigma do homem**. Rio de Janeiro: Editores ZAHAR, 1973.

MOSCOVICI, Serge. **Sociedade contra a natureza**. Petrópolis: VOZES, 1975.

NISBERT, Robert. Sociedade. In: OUTHWAITE, W., BOTTOMORE, T., GELLNER, E. et al. **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahard Editora. 1996. 970P. Tradução de: The Blackwell dictionary of Twentieth-Century social thought. (Oxford - Inglaterra.)

- OLIVEIRA, Pécisio Santos de. **Introdução à sociologia**. 24ª ed. São Paulo: Editora ATICA, 2001.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. & SACCOMANDI, Vito. On the Impact of Endogenous Development in Agriculture. In: VAN DER PLOEG, Jean Douwe and DIJK, Gerrit Van. **Beyond Modernization: The impact of endogenous rural development**. Assen (The Netherlands): Royal Van Gorcum, 1995.
- REIS, José. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.25/26, 1988.
- REQUIER-DESJARDINS, D. Multifonctionnalité, territoire et secteur agro alimentaire: une approche par les "systèmes agroalimentaires localisés". Verssailles: **Cahier du C3ED N° 02-01**. Juin 2002.
- SARACENO, Elena. Recent trends in Rural Development and their conceptualisation. **Journal of Rural Studies**. London. V.10, n.4, p.321-330, 1994.
- SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 3ª ed. São Paulo: CORTEZ, 2001 (a).
- _____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8ª ed. São Paulo: CORTEZ, 2001 (b).
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Cia das LETRAS, 1989.